



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSEA/ES

07 A 09 DE NOVEMBRO DE 2023

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – Biênio: 2022/2024

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (2/3)

AGENTES DE PASTORAL NEGROS – APNs

Rosemberg Moraes Caitano – Titular

Noemi Dandara Rangel Monteiro – Suplente

FÓRUM DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESPÍRITO SANTO – FOSAN

Jaqueline Moreira de Araújo – Titular

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

Teófilo Roberto de Souza – Suplente

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 4ª REGIÃO – CRN4

Juliana Pizzol Organo – Titular

Luísa Martins Simmer - Suplente

REDE URBANA CAPIXABA DE AGROECOLOGIA – RUCA

Paulo Sérgio Medeiros Barbosa -Titular

PROGRAMA MESA BRASIL

Vanilza da Penha Muller de Paula - Suplente

GRUPO DE ESTUDOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PROF. PEDRO KITOCO – GESAN

Wagner Miranda Barbosa – Suplente

INSTITUTO MIZAEEL AMÉRICA – IMA

Maxuell Miranda de Almeida – Titular

Silvio Nascimento Ferreira – Suplente

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT/ES

Wesley Celante Eloy - Titular

Nildo Antônio Leite de Mendonça - Suplente

MOVIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Bruno Donato - Titular

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES, FAMILIARES E AMIGOS DE PESSOAS COM DOENÇA ALCIFORME DO ESPÍRITO SANTO – AMUSFES

Priscila Eveline de Souza Gonçalves - Suplente

SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO – SINDIUPES

Rute Cristina de Queiroz Costa – Titular

Paulo da Silva Teixeira - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES UNIDAS DA SERRA – AMUS

Fatima Tolentino da Silva – Titular
Clebiana Aparecida André - Suplente

UNIÃO DOS CEGOS DOM PEDRO II – UNICEP

Elísia Maria Messias Dias – Titular
José Santana David - Suplente

VICARIATO PARA AÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECUMÊNICA DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA

Elizeth Euzébio dos Anjos – Titular
Ana Maria Petronetto - Suplente

LE AXÉ OPO ELEMOSÓ

Geovane Roberto Santos - Titular

FEDERAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE CULTURA E POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Marcos Roberto Alves Correa – Suplente

ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE JACARAÍPE

Manoel Bueno dos Santos – Titular
Maria de Lourdes Leppaus Dias - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE ARTESANAIS DE PORTO DE SANTANA

Rosinéia Pereira Vieira - Titular

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA JUSTIÇA, CIDADANIA, EDUCAÇÃO E ARTE

Miria Aparecida Vescovi – Titular
Kerolen de Jesus Siqueira - Suplente

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS DO ESPÍRITO SANTO

Elci Lobão Medeiro– Titular
Antonio Raimundo da Silva

PROJETO SOCIAL COMUNITÁRIO E ARTÍSTICO MULTIPLICAÇÃO SOCIAL

Elisangela Gonçalves Ferreira– Titular
Murilo Henrique Costa Borges – Suplente

SABORES DE PEROBAS

Eliana Gonçalves Antero– Titular
Valério Francisco Frechiani - Suplente

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS (1/3)

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES

Christiane Bonatto Mafra – Titular
Naara de Mattos Paletta – Suplente

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
– SEDURB**

Danusa Mara Ribeiro Pereira – Titular

Darcila Aigner – Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

Livia Welter Mannato Redins - Titular

Daniela Briel Costa Comachini - Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Micaele Martins de Carvalho - Titular

André Alves – Suplente

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Lívia Maria Albertasse Tulli - Titular

**INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL –
INCAPER**

Ana Maria Vieira Mendes Penteado - Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDU

Suelen Natali Bruno Siqueira – Titular

Thayca Amanda Pereira de Amorim - Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

Joyce Martins Maziero – Titular

Simone Sampaio de Nascimento - Suplente

**SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO. EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SECTTI**

Renata Resstel - Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEAMA

Daniel Gomes da Silva – Titular

Antônio Oliveira Junior - Suplente

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO AQUICULTURA E PESCA
- SEAG**

Patrícia Ferraz do Nascimento

Vinícius Soares da Costa

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - SEDES

Jaqueline Graziela Malacarne – Titular

Clarisa dos Anjos Bossato Plazzi – Suplente

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE URBANA E INFRAESTRUTURA – SEMOBI

Joelma Moreira da Costa Scardua - Titular

Micaele Martins de Carvalho – Suplente

MESA DIRETORA CONSEA/ES:

Presidência: Rosemberg Moraes Caitano

Vice-presidência: Christiane Bonatto Mafra

Vogais: Elizeth Euzébio dos Anjos, Rute Cristina de Queiroz Costa

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Nara Núbia Siqueira Marçal.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Resolução CONSEA/ES Nº 015, DE 29 DE JUNHO DE 2023

A Comissão Organizadora é composta por conselheiros governamentais e da sociedade civil e para sua organização e funcionamento será subdividida em três subcomissões, assim distribuída:

Subcomissão de Conteúdo, Metodologia e Relatoria: Ana Maria Petronetto, Elizeth Euzébio dos Anjos, Lívia Maria Albertasse Tuli, Naara de Mattos Paletta, Clarisa dos Anjos Bozzato Plazzi.

Subcomissão de Comunicação e Mobilização: Daniel Gomes da Silva, Geovane Roberto Santos, Jaqueline Moreira de Araújo, Maxuell Miranda de Almeida, Juliana Pizzol Organo.

Subcomissão de Infraestrutura: Christiane Bonatto Mafra, Teófilo Roberto de Souza Rute Cristina de Queiroz Costa, Naara de Mattos Paletta.

SUMÁRIO

I - Introdução	08
II - Desenvolvimento dos Trabalhos	09 a 12
Plenária para socialização e debate sobre as propostas finais da Conferência	12 a 15
Carta Política do Espírito Santo	16 a 17
Homologação dos Delegados Eleitos	17 a 18
Avaliação: Municípios Participantes X Quantitativo de Vagas	18 A 19
Avaliação Individual	19 a 21
Registros Fotográficos	22 a 30
Anexos: Programação/Regimento Interno/Moções	31 a 56

RELATÓRIO FINAL

I – INTRODUÇÃO:

O presente relatório retrata a realização da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo promovido pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-ES em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES, cujo tema é: *“Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”*.

A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar é o maior fórum de participação social do Estado, que trata do tema da Segurança Alimentar e Nutricional, essa instância fortalece a defesa do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tanto no âmbito do Estado, quanto dos municípios.

Após três meses de percurso constituído pelas etapas que precederam a Estadual, foram realizadas dezessete Conferências municipais, três Conferências intermunicipais, duas etapas virtuais e três Conferências Livres, essa etapa estadual precede da etapa nacional, que acontecerá do dia 11 a 14 de dezembro em Brasília.

O presente documento foi sistematizado, de acordo com a dinâmica do evento seguindo a programação e as etapas realizadas.

Subcomissão de conteúdo, metodologia e relatoria

II – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:

14:00 CREDENCIAMENTO

17h - Leitura e aprovação do regimento interno

O Cerimonialista fez a abertura do evento, convidando a representação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado para coordenação de mesa e leitura do regimento interno da 7ª Conferência Estadual, esteve presente na coordenação do Regimento o conselheiro Sr. Teófilo Roberto de Souza e a representante da mesa diretora do Conselho, Srª. Elizeth dos Anjos.

Em anexo, consta cópia do Regimento Interno aprovado em plenária do dia 07/11/2023.

SOLENIDADE DE ABERTURA:

18h30 –

Na composição da Mesa de Abertura, estiveram presentes as seguintes autoridades: a Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo e presidente da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), senhora Cyntia Grillo; Senhora Elizeth dos Anjos, representante da mesa diretora do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do ES; Senhor Secretário de Estado da Saúde, Subsecretário de Estado da Agricultura Familiar, Rogerio Favoretti; Jaqueline Araújo, representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA; Geovane Roberto Santos, representante dos Povos Tradicionais do Espírito Santo. Após o ato solene do Hino Nacional brasileiro, as autoridades se manifestaram saudando todos (as) os conferencistas presentes à Cerimônia. O pronunciamento da Senhora Secretária de Estado da SETADES, em apresentação de slides, constará como anexo desse documento. Após as manifestações e registros da importância desse momento conferencial, a representante da Mesa Diretora do CONSEA, declarou aberta a 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Feito os agradecimentos pela presença das autoridades, desfez a mesa para apresentação da Palestra Magna.

19h00min – Palestra Magna:

Foi convidado o Sr Elcio de Souza Magalhães (tem Graduação em Engenharia Agrícola e mestrado em Política Social. Experiência de quatorze anos de trabalho com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo desde 2013 concursado como Analista Técnico de Políticas Sociais. Durante este período desenvolveu atividades de coordenação, acompanhamento e articulação de políticas públicas nas coordenações de Agricultura Urbana, Sistema Agroalimentares Locais e Apoio a Implantação e Gestão do Sisan. Atualmente, trabalha no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, na Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e a Fome, como Coordenador de Articulação Federativa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Ele irá discorrer sobre o tema: **“Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”**.

A exposição do Elcio de Souza Magalhães, consta, como anexo, desse documento.

DATA: 08 DE NOVEMBRO DE 2023

08h30 - Conjuntura: Desafio da reconstrução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no Espírito Santo.

Palestrante: Sra. **Eliandra Rosa Fernandes**- Formada em Serviço Social pela UFRJ e em licenciatura de Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais pela UFES. Dirigente Nacional do MST no ES, moradora do assentamento do Vale da Vitória no município de São Mateus.

Mediadora: Patrícia Ferraz do Nascimento, conselheira representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – SEAG.

A palestrante apresentou dados sobre a questão agrária e elementos da estrutura fundiária no ES: focando o estabelecimento agropecuário por grupo de área; uso da terra agricultável; as mulheres e a Agricultura Familiar; pessoal ocupado na agropecuária capixaba; Florestas plantadas ou monocultivo de eucalipto; Ações dos governos pós golpe de 2014 – Temer e Bolsonaro e sobre a Reforma Agrária Popular. O texto está no anexo desse documento.

09h30 – Mesa Redonda: Painel I, II e III.

Painel I – Tema:

Produção, Abastecimento e Acesso aos Alimentos no ES, expositores: Rogerio Favoreti, Subsecretário de Estado da Agricultura Familiar (Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca) e Luciano Fasolo – economista, pós graduado em Cooperativismo e Associativismo e MBA em gerenciamento de Projetos, atualmente exerce a função de coordenador de agroecologia da SEAG.

Painel II – Tema:

A Situação do SISAN no ES: Diagnóstico dos seus componentes e capacidade de articulação e perspectivas.

Debatedoras: Naara Paleta, técnica da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional da Setades e Secretária Executiva da Caisan/ES e a conselheira do CONSEA Sr^a Ana Petronetto Serpa.

Painel III - Tema

Democracia, Participação e Controle Social: o desafio da constituição dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e do fortalecimento do CONSEA Estadual.

Debatedoras: Jaqueline Araújo, conselheira nacional do CONSEA e Maria Cristina Athayde – Presidente do COMSEA de Cachoeiro do Itapemirim.

Mediadora: Elizeth dos Anjos, conselheira e membro da mesa diretora do CONSEA/ES.

A mediadora fez as apresentações dos expositores e depois franqueou a palavra a todos por 20 minutos, sendo apresentado os temas, de acordo com os painéis: I, II e III.

O debatedor Luciano Fasolo abordou a Produção, Abastecimento e o Acesso aos alimentos, enfatizando sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei

nº 11.346/2006, no art. 2º; falou sobre a Constituição Federal – Emenda Constitucional nº 64/2010, no seu art. 6º; o contexto do Agronegócio, as exportações e o faturamento do setor; dados alarmantes da fome no Brasil, divulgado por várias mídias; a Agricultura Familiar no Brasil, comparando os períodos de 1996 a 2017; Falou sobre o cenário capixaba, dando ênfase para os seguintes dados:

- 7º maior consumo de agrotóxicos por área plantada do País;
- 3º maior consumo de fertilizantes por área plantada do País;
- Segunda maior área irrigada (em termos %) do País;
- Predominância absoluta de propriedades familiares;
- 393 mil ha com solos degradados (16,7% da área agrícola)
- Degradação ambiental em níveis críticos com riscos para a saúde humana e para continuidade dos serviços ecossistêmicos;

Quais as principais vítimas – Questionou existe saída?

Expõe sobre a diversificação rural, da agroecologia como campo da ciência que se dedica ao estudo, desenho, implantação e manejo de agroecossistemas sustentáveis de produção.

A agroecologia no Brasil:

- Expectativa de movimentar R\$7 Bilhões em 2023;
- Consumo cresce 25% ao ano (apenas 15% da população);
- Área Cultivada de 1,2 milhões de ha;
- **64.690 estabelecimentos** adotam práticas de Agricultura Orgânica;
- 26,69 mil agricultores cadastrados no SISORG.
-

A Agroecologia no Espírito Santo:

- **1522 estabelecimentos** adotam práticas de Agricultura Orgânica (1,4% do total);
- **400** Propriedades Cadastradas no SisOrg em 35 municípios;
- **21** OCS;

31 Feiras Agroecológicas, sendo 19 em Shoppings e Estabelecimentos Comerciais.

Desafios:

- Apoiar e fomentar modelos de produção que respeitem as características da agricultura familiar;
- Fortalecer espaços e iniciativas de comercialização na perspectiva das “Cadeias Curtas”, sobretudo nos municípios do Interior;
- Fortalecer as políticas públicas e iniciativas de apoio aos produtores agroecológicos e para a transição agroecológica;
- Oportunizar o acesso de todos os estratos da população aos produtos agroecológicos;
- Conscientizar a sociedade do caráter “político” do consumo.

O outro expositor do painel I, Rogerio Favoreti, fez um relato do início da subsecretaria de Estado, citou as realizações em andamento e expôs os principais projetos da Agricultura Familiar relacionados a sua pasta, são eles: 1- Agroindústria e Empreendedorismo Rural; 2- Sistemas de Produção Sustentáveis; 3 – Juventude Rural e Sucessão Familiar; 4- Educação no Campo; 5- Gênero e Inclusão; 6- Desenvolvimento Agrário; 7- Comercialização e Mercados; 8- Assistência Técnica e Extensão Rural; 9- Fortalecimento da Pesca Artesanal; 10- Crédito Rural; 11- Infraestrutura Rural.

11h45 – Orientações sobre os grupos de trabalho

Finalizando a parte da manhã, foi solicitado a conselheira do Consea, Christiane Mafra fazer uma breve orientação sobre os três grupos de trabalho.

No retorno do almoço, foi orientado sobre as salas dos grupos de trabalho disponíveis e sinalizadas, de acordo com os eixos escolhidos no ato do credenciamento.

13:30 – Trabalho de Grupos – As coordenadoras de grupos foram direcionadas as salas, que após o início dos trabalhos conduziram o processo de escolha dos relatores de grupos.

Eixo 1: Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Grupo 1

Coordenadora de grupo: Juliana Pizzol Organo e Jaqueline Araújo.

Relatora: Gabrielly Ribeiro dos Santos.

Eixo 2 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada

Grupo 2

Coordenadora de grupo: Naara de Matos Paletta

Relatora:

Eixo 3 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Grupo 3

Coordenadora de grupo: Ana Penteado e Mariana Marangoni de Almeida

Relatora: Layza Lima Leopoldino.

09 DE NOVEMBRO DE 2023

08h30 – Plenária para socialização e debate sobre as propostas finais da Conferência

A Plenária foi coordenada pelo representante do Vicariato de Ação Social, Sr. Geovane Lírio e a conselheira Jaqueline Araújo.

Foram convidados os relatores dos grupos de trabalho para explanação das propostas, oriundas de cada grupo de trabalho, o coordenador alertou que quando houver destaques que o delegado se manifeste, levantando o crachá, após o relator concluir toda a leitura do grupo. Não tendo destaques, ou após as propostas serem alteradas, elas serão submetidas à votação.

Dando sequência foi convidado a relatora do grupo 1, Gabrielly Ribeiro dos Santos para leitura das propostas do Eixo 1: Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Após os destaques, foi colocado em votação as seguintes propostas e foi feita a contagem dos votos, por cada proposta:

Eixo 1: Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

DELIBERAÇÕES DO GRUPO

PROPOSTA PARA O ESTADO:

- 1 - Garantir recursos orçamentários para a implementação da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável e Soberana (32 votos);
- 2 - Investir na pesquisa e na educação em Segurança Alimentar e Nutricional do Estado, bem como, realizar o mapeamento da situação de insegurança alimentar a fim de traçar estratégias para modificação do cenário encontrado, respeitando a cultura local (32 votos);
- 3 - Implementar Políticas e Programas voltados para Segurança Alimentar e Nutricional, objetivando a qualificação técnica/profissionalizante para cidadãos, produtores e extrativistas de alimentos, equipes técnicas das secretarias, conselheiros de controle social, dentre outros (32 votos);

PROPOSTA PARA A UNIÃO:

- 1- Garantir recursos orçamentários para a implementação da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável e Soberana (26 votos);
- 2- Fortalecer as estratégias da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que visam garantir a SAN da população brasileira (26 votos);
- 3 - Revisar a Lei da Agricultura Familiar e Lei Nacional da Pesca, possibilitando a ampliação do acesso financeiro pelos pequenos agricultores, pescadores/as e marisqueiros/as. Apicultores e meliponicultores (26 votos);
- 4 - Reavaliar a regulamentação do uso de agrotóxicos revisando o seu uso no país, informando aos cidadãos sobre a presença dos mesmos nos alimentos por meio da rotulagem nutricional e incentivando a redução na sua utilização, através de novas tecnologias agroecológicas (26 votos);
- 5 - Revisar a regulamentação do comércio de alimentos ultraprocessados a fim de orientar o consumidor final, quanto as escolhas alimentares, nas diferentes faixas etárias (26 votos).

Dando sequência, solicitou-se a relatora do grupo 2 que apresentasse as propostas. Foi orientado aos participantes que se houvessem destaques nas propostas de deliberações, que a pessoa apresente a proposta de redação do texto, não tendo destaques, foram submetidas as propostas em votação. As propostas aprovadas foram as seguintes:

Eixo 2 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada

DELIBERAÇÕES DO GRUPO

PROPOSTA PARA O ESTADO:

- 1 - Garantir programas para construção, ampliação e modernização dos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (Banco de Alimentos, Cozinhas Solidárias, Centrais de Distribuição de Alimentos, Restaurante Popular e outros), (34 votos);
- 2 - Implementar e ampliar a estrutura do INCAPER e IDAF com técnicos e financiamento, objetivando assessoria técnica aos agricultores familiares e os pescadores artesanais (30 votos);

- 3 - Transferir a CAISAN para a Secretaria de Governo do Estado e ampliar a equipe para fomentar e apoiar a implementação do SISAN nos municípios (29 votos);
- 4 - Garantir o recurso estadual para melhoria e ampliação das vias de acesso a zona rural de forma a promover o escoamento da produção rural de pequenos agricultores e comunidades tradicionais (27 votos);
- 5 - O Estado deve financiar equipe técnica na área de segurança alimentar e nutricional aos municípios, focada no provimento alimentar excelente de direito; *
Destaque (Suely – mudar a redação para começar com o verbo garantir financiamento da equipe), (27 votos);
- 6 - Proibir a oferta de alimentos ultra processados em equipamentos públicos (23 votos).

PROPOSTA PARA A UNIÃO:

- 1 - Aprimorar o plano nacional de segurança alimentar e nutricional (PLANSAN), por meio de parcerias nas três esferas de governo garantindo que conste nos instrumentos de gestão do Plano Plurianual de Governo (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orgânica Anual (LOA) os meios para o financiamento, execução e monitoramento das ações intersetoriais de SANS (33 votos);
- 2 - Garantir um cofinanciamento regular e automático para implementação do SISAN nos Municípios (32 votos);
- 3 - Aumentar o repasse orçamentário para a alimentação escolar, garantindo desjejum em todas as modalidades escolares, bem como, o fornecimento de alimentação escolar para o período de férias escolares, objetivando atender os territórios onde há maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (31 votos);
- 4 - Garantir na NOB/RH a inclusão no rol de profissionais da assistência social, o nutricionista (30 votos);
- 5- Criação da disciplina Educação alimentar e nutricional e Direito Humano a alimentação adequada nas escolas públicas e privadas, como parte da grade curricular de ensino, implementando as hortas escolares e/ou espaços para práticas alimentares (26 votos);
- 6 - Fornecer a baixo custo ou de forma gratuita sementes crioulas e mudas aos agricultores familiares (25 votos).

Terminada as explanações do Eixo 2, solicitou-se a relatora do eixo 3, Layza Lima Leopoldino para apresentação das propostas, que foram colocadas para apreciação e votação, tendo sido aprovadas as seguintes:

Eixo 3 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

DELIBERAÇÕES DO GRUPO

PROPOSTA PARA O ESTADO:

- 1- Aprimorar o acesso as políticas de SAN e informações dos serviços ofertados a população para maior participação e envolvimento da sociedade (31 votos);
- 2 - Capacitar e formar conselheiros municipais e estaduais em gestão da política de SAN (32);

- 3 - Promover campanhas educativas que tratem da temática “Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA” (35 votos);
- 4 - Capacitar os municípios sobre o Sistema Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (32 votos);
- 5 - Incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos, através de incentivo financeiro para deslocamento e alimentação (35 votos);
- 6 - Instituir Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional para fomentar ações de segurança alimentar de forma regionalizada bem como cofinanciar fundos municipais (33 votos).

PROPOSTA PARA A UNIÃO:

- 1 - Assegurar, respeitar e promover a identidade cultural de todos que necessitam da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (33 votos);
- 2 - Fortalecer a compreensão da alimentação como direito garantido por lei (Direito Humano a alimentação adequada DHAA) (30 votos);
- 3 - Alterar a legislação federal permitindo que os conselhos da SAN sejam deliberativos (30);
- 4 - Capacitação dos povos tradicionais de matriz africana e população geral, sobre a temática de Segurança Alimentar e Nutricional respeitando as culturas tradicionais (matriz africana, ciganos, Pomerano, quilombolas e indígenas), através de visitas dos gestores públicos envolvidos, CONSEA-ES e COMSEA municipais, além de ações nesta linha onde não houver os instrumentos de controle social, criando uma cartilha com as devidas informações, sobre o que é o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, Direito Humano a Alimentação Adequada- DHAA, Plano de Segurança Alimentar municipais, estaduais e federal, Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional -CAISAN em todas as esferas, e Lei de Segurança Alimentar. Todas as informações acompanhadas de suas funcionalidades fomentando a participação social (28 votos);
- 5 - Criar e financiar programas de SAN com capacitação contínua nas Associações e Conselhos, visando a conscientização coletiva da participação social e democrática (27 votos);
- 6 - Divulgação dos programas de políticas de SAN para a população (rádio, TV e Internet) (26 votos).

13h30 - Escolha dos delegados para a Conferência Nacional

Foi convidada a conselheira do CONSEA para à eleição das delegadas e delegados para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada nos dias 11, 12, 13 e 14 de dezembro de 2023, em Brasília.

Dado início, a Conselheira do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, Christiane Mafra orientou acerca da eleição dos delegados para a etapa nacional, 6º Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foi informado o total de vagas deliberadas através do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, no total de 36 (trinta e seis) vagas, distribuídas da seguinte maneira: 12 (doze) representantes do poder público; 23 (vinte e três)

representantes da sociedade civil, sendo: 8 (oito) sociedade civil sem cotas – fator de ponderação que visa compensar diferenças populacionais significativas entre UF's; 5 (cinco) sociedade civil sem cotas – população em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave – peso maior grave, fome; 10 (dez) cotas distribuídas da seguinte forma: 1 (um) representante dos povos indígenas; 1 (um) representante de quilombolas; 4 (quatro) representantes da população negra; 1 (um) representante de povos e comunidades tradicionais; 1 (um) representante de pessoa com deficiência; 1 (um) representante de pessoa LGBTQIA+; 1 (um) representante de refugiados e migrantes; 1 (um) Presidente CONSEA-ES.

Obs. As vagas não podem ser preenchidas por representantes de outros segmentos da sociedade civil ou do governo.

Neste momento os grupos por segmentos se reuniram em espaços físicos diferentes, a fim de escolher seus representantes.

Após as orientações, os delegados se reuniram por grupos, em ambientes físicos diversos, sendo coordenado por Elizeth dos Anjos o grupo com representantes do poder público; coordenado por Mariana Marangoni de Almeida o grupo com os representantes da sociedade civil sem cotas e coordenado por Juliana Pizzol Organo o grupo com os representantes da sociedade civil com cotas.

Foi informado aos participantes sobre os certificados de participação, sua distribuição e outros esclarecimentos necessários.

Finalizando essa etapa da 7ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, a conselheira Elizeth dos Anjos coordenou a plenária final para aprovação da Carta Política e das Moções, homologação das delegadas e delegados eleitos e das considerações finais.

Carta Política aprovada na plenária do dia 09/11/2023

CARTA POLÍTICA DO ESPÍRITO SANTO

Os (as) participantes/delegados(as) da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2023, aprovou por unanimidade a presente carta, reafirmando compromisso coletivo com a luta pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, o acesso à alimentação saudável, com regularidade, em quantidade e qualidade conforme afirma a legislação, respeitando os princípios da universalidade, equidade, respeito a autonomia e à dignidade humana e à participação;

Com a construção do SISAN no país e no Estado reconhecendo os avanços feitos no Espírito Santo em termos de aprovar leis e decretos relativos à SAN e implementação dos equipamentos essenciais à estruturação do SISAN tais como: o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e a CAISAN, além de programas e ações governamentais, não governamentais e do setor privado, faltando, entretanto, articulação e integração entre

estes componentes para a construção do sistema, além de diálogo construtivo e permanente entre governo e sociedade civil.

Consideramos que temos muitas tarefas cidadãs, após esta conferência e com elas nos comprometemos:

- dar continuidade à construção e fortalecimento do SISAN no Espírito Santo e em consequência no país;
- fomentar a construção do SISAN nos 78 municípios do Estado, sobretudo com a constituição dos conselhos e CAISANs municipais;
- com o funcionamento regular e efetivo da CAISAN estadual, mecanismo essencial na implementação da política de segurança alimentar e nutricional, e sua localização no órgão estadual que tem a atribuição de articular as ações das várias secretarias estaduais;
- avançar no processo de atualização e novas regulamentações de SAN;
- manter diálogo crítico, propositivo e permanente da sociedade civil com secretários(as) e representantes do governo estadual.

Domingos Martins, em 09 de novembro de 2023.

HOMOLOGAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS:

Após as votações em cada grupo, a plenária homolou o seguinte resultado:

Delegados representantes do poder público: Titular: Fernanda Uliana Callegari, Titular: Suelen Natali Siqueira Bruno, Titular: Naara de Matos Paletta, Titular: Layza Lima Leopoldino, Titular: Tatiana de Oliveira Sant'ana, Titular: Gabrielly Ribeiro dos Santos, Titular: Raysa Silva dos Reis Matos, Titular: Rafaela Brito Fardin, Titular: Cristiane Soares Ferreira, Titular: Daniel Gomes da Silva, Titular: Patricia de Barros Rodrigues, Titular: Protaze Magesvki, Suplente: Sebastião Júnior Lavanhole Pimenta, Suplente: Gustavo Peruzzo Marion, Suplente: Sueli Lauvers, Suplente: Rubiene Lopes da Silva Duarte, Suplente: Andreia Martins Raasch, Suplente: Palloma Bitencort Novaes dos Santos.

Delegados representantes da sociedade civil sem cotas – fator de ponderação que visa compensar diferenças populacionais significativas entre UF's; Titular: Marcilene Cerqueira Mergace, Titular: Elci Lobão Medeiro, Titular: Anacleto Brunoro Júnior, Titular: Giresse Girard Nolasco, Titular: João Pereira Neto, Titular: Creuza Costa Viana, Titular: Cleiton Roberto Eugênio do Nascimento, Titular: Giovanni Lirio. Suplente: Diego Ferrari, Suplente: Teófilo Roberto de Souza, Suplente: Paula Menezes Loiola, Suplente: Vilmar Soares Bueno, Suplente: Ana Lúcia Nascimento Alves, Suplente: Maxwell Miranda de Almeida, Suplente: Walafy Curitiba dos Santos.

Delegados da sociedade civil sem cotas – população em situação de insegurança alimentar leve, moderada ou grave – peso maior grave, fome; Titular: Rosineia Pereira Vieira, Titular: Valquiria Barbosa Santos, Titular: Marta Lucia Moreira Muller, Titular: Ivone Vinand Barbará Batista, Titular: Natalia Assis da Silva.

Delegados representantes da sociedade civil com cotas: Não houve representante dos

povos indígenas e representante de refugiados e migrantes. Foram eleitos como representante de quilombolas; Titular: Neisiane Machado Ribeiro Alves, Suplente: Magno Jesus de Castro. Representantes da população negra; Titular: Edcarlos Mendes, Titular: Sebastião da Silva Rodrigues, Titular: Tânia Mara da Silva Tagarro, Titular: Valquiria das Neves, Suplente: Marcos dos Santos. Representante de povos e comunidades tradicionais; Titular: Carla Regina Lima Cividans, Suplente: Maria de Lourdes Leppaus Dias. Representante de pessoa com deficiência; Titular: Jhones Candido da Silva, Suplente: Blendon Thomaz Ribeiro. Representante de pessoa LGBTQIA+; Titular: Geovane Roberto Santos e como Suplente: Ana Karolina Fonseca Oliveira.

AVALIAÇÃO: MUNICÍPIOS PARTICIPANTES X QUANTITATIVO DE VAGAS DISPONÍVEIS

A distribuição das vagas obedeceu a critérios definidos anteriormente pela subcomissão de metodologia do CONSEA, da seguinte forma:

06 vagas para os municípios que tem conselho de SAN em funcionamento;

02 vagas para os Municípios que criaram o conselho em lei, mas não o implementaram;

01 vaga para os municípios com taxa de Extrema Pobreza acima de 30%;

01 vaga para os municípios sem nenhuma estrutura de SAN.

Quanto aos municípios com conselhos de segurança alimentar e nutricional no Estado.

A princípio, tínhamos conhecimento que 08 (oito) municípios tinham conselho de SAN em funcionamento, a partir do processo de mobilização, tivemos informação que 14 (catorze) municípios tem conselho funcionando no Estado.

Foram disponibilizadas 84 vagas, considerando 6 vagas x 14, mas os municípios não preencheram todas as vagas, apenas 3 municípios (Castelo, Serra e Colatina) cumpriram com as vagas, os outros 11 atenderam parcialmente: Guarapari (5); Presidente Kennedy (5); Santa Maria de Jetibá (5); Vitória (5); Cariacica (4); Cachoeiro Itapemirim (4); Viana (4); Vila Velha (3); Ponto Belo (3); Guaçuí (3) e Baixo Guandu (2). O que significa que 61 vagas foram preenchidas.

Outro registro a ser feito, é a ausência na Conferência dos presidentes dos conselhos de SAN dos municípios da grande vitória.

Quantas as vagas disponibilizadas para os municípios com Lei de criação do Conselho Municipal (22 municípios) foram colocadas 48 vagas, entretanto só 7 municípios se fizeram presentes, desses só 3 preencheu totalmente as vagas (Atilio Vivacqua, Irupi, Nova Venécia).

O que podemos perceber que o fato de ter lei, não significou um estímulo à participação, talvez, porque não tenha havido no município uma organização para a criação da lei, um processo que estimulasse as pessoas a se envolverem, foi cartorial, talvez.

Municípios com taxa de extrema pobreza acima de 30%, o que se observa é que houve uma boa mobilização desses municípios, dos 18 previstos, 13 participaram das conferências, sendo que 10 municípios atenderam com todas as vagas disponibilizadas.

Teve município que fez Conferência, mas não enviou os delegados, caso de Alegre, Santa Leopoldina, Rio Bananal e São Roque do Canãa.

Quanto aos municípios que não tem nenhuma estrutura de SAN (24), foi tímida a participação, apenas 2 participaram da conferência, e 4 fizeram as conferências, mas não enviaram os representantes (Itapemirim, Governador Lindenberg, Jeronimo Monteiro, Marataízes e Rio Novo do Sul), o total eram de 24 municípios com vagas.

Com relação as Conferências Livres, foram realizadas 03 Conferências, com a disponibilidade de 07 vagas para cada.

A Conferência Livre Povos Tradicionais enviou 04 representantes para a 7ª Conferência Estadual, apesar das 7 vagas disponíveis.

A 1ª Conferência Livre Estadual de SAN "JUVENTUDES" se fez presente com apenas 2 representantes.

A Conferência Livre do VICARIATO de Ação Social enviou 04 representantes à Conferência Estadual.

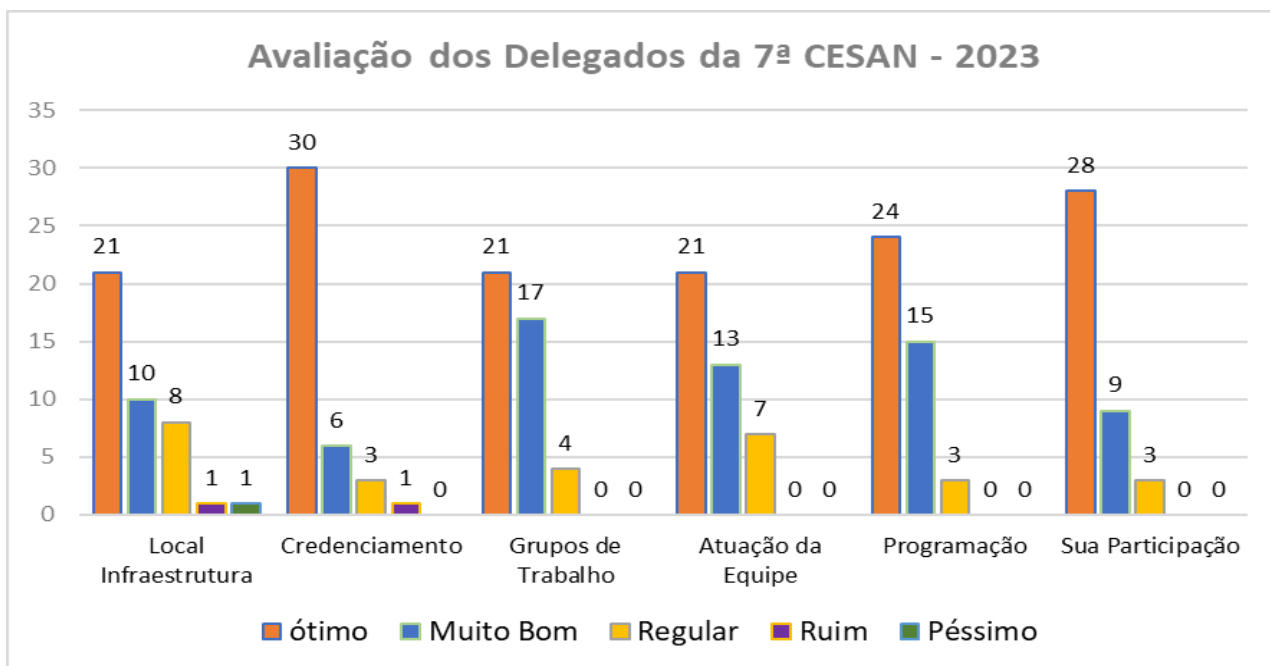
No total das vagas disponibilizadas, apenas 10 foram preenchidas.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DOS DELEGADOS À 7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL:

FICHA DE AVALIAÇÃO

A Ficha de avaliação individual permitia que participante marcasse com um x nas suas escolhas e caso tivesse alguma observação, poderia descrever o texto.

Os itens avaliados: Local e infraestrutura - (instalações físicas, alimentação, hospedagem, salas, equipamentos etc); Credenciamento; Trabalhos em grupos; Atuação da equipe de organização; Programação (temas abordados, plenárias, debate) e Sua participação. A classificação era ótima, muito bom; regular; ruim e péssimo.



Textos descritos nos formulários individuais, da avaliação da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional:

- *“Hotel com ótimo espaço, porém precisando de reformas e manutenção de equipamento. Comida ótima. Lia do MST do norte do Estado, explanou brilhantemente sobre a história de SAN que vem desde a época da colonização e se mantém até hoje, o agronegócio e os grandes latifundiários.”*
- *“Devido a grande altitude e umidade do local, os ambientes de auditório e quarto com muito odor de mofo.”*
- *“Na próxima CESAN tentar proporcionar maios interação entre os participantes, principalmente entre os delegados. Pré e durante o evento.”*
- *“Material/guia do participante muito bom, material excelente, porém percebemos que pessoas fichinhas de conferencia, não permitem que deficientes de outras localidades e municípios participem. E infelizmente são esses deficientes que não participam de quase nada, pois ficam atrás de conchavos e votos. Acredito que há de se pensar uma lei, que não participam nunca e só pensam em “Brasília”, de continuarem a engrossar a fileira de Brasília e nunca permitir que pessoas deficientes “novas” aprendam e participem.”*
- *Organização não passou informações básicas (horário de café da manhã e jantar). Não justificou a ausência do presidente do Conselho Estadual. Algumas pessoas do Conselho Estadual autoritárias.”*

- *“Observamos pessoas que não tem nenhum interesse nos trabalhos, só em passear, fumar, formar grupos e chapas, sempre os mesmos, não há chances para os que iniciam caminhadas. Muita grosseria e falta de respeito com os organizadores. É necessário acabar com os personagens fixos de conferência.”*
- *“Observei que vários grupos como 01 cadeirante, povos de terreiro não frequentavam os grupos de trabalho, ficando todo o tempo fora dos espaços, o que achei muito negativo. Outra observação é que frequentavam as conferências pela primeira vez não conseguem votos, em função das panelinhas formadas. É uma pena.”*
- *“Grupos de comunidades tradicionais de terreiro, o tempo todo fora dos espaços de trabalho, só fumando e fazendo parcerias para o Nacional, achei de extrema falta de compromisso com a pauta de Segurança Alimentar e Nutricional. Em momentos fortes não estavam presentes. Deixo registrado também a agressividade durante a eleição para delegados.”*
- *“Faltou aquecimento nas águas para a higienização dos banheiros do hotel.”*
- *“Parabéns pela 7ª Conferência. Tudo correu muito bem.”*
- *“As instalações necessitam de reparos, quanto a acessibilidade para pessoa com deficiências.”*
- *“Alimentação excelente, estruturas do hotel que deixou muito a desejar; internet não funciona.”*
- *“Local mais próximo da região metropolitana de vitória. Alimentação estava ótima>”*
- *“Foram momentos de boas tratativas/discussões. Tudo ocorreu de forma organizada.”*
- *“Incluir cuidadoras e recreação para as crianças.”*
- *“Sugiro que os trabalhos conduzidos sejam como foram conduzidos no dia 09/11 com agilidade, otimizando e respeitando os horários. O Geovane foi ótimo!”*
- *“Melhorar a organização quanto ao cumprimento dos horários, principalmente por impactar diretamente na distribuição das refeições.”*
- *“Nas próximas ao invés de usar copos descartáveis, confeccionar canecas para uso geral.”*
- *“Banheiro e quarto sujo, ambiente com odor característico de mofo. Alimentação foi ótima.”*

Registros Fotográficos

CREDENCIAMENTO



EQUIPE CREDENCIAMENTO – 07/11/2023



ABERTURA - DIA 07/11/2023



SECRETÁRIA DA SETADES



SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE



CAFÉ DA MANHÃ NO HOTEL ECO DA FLORESTA – DOMINGOS MARTINS/ES



CAFÉ DA MANHÃ



REFEITÓRIO



Tema: Conjuntura dia 08/11/2023

Eliandra Dirigente do MST/ES



DEBATE SOBRE CONJUNTURA



PAINÉIS: EIXOS 1, 2 E 3



GRUPOS DE TRABALHO SOBRE OS 3 EIXOS: 1, 2 E 3

GRUPO I



GRUPO II



GRUPO III



PLENÁRIA E GRUPOS



ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



ELEIÇÃO DO PODER PÚBLICO



PLENÁRIA FINAL





7ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESPÍRITO SANTO

ERRADICAR A FOME E GARANTIR
DIREITOS, COMIDA DE VERDADE,
DEMOCRACIA E EQUIDADE

07, 08 e 09
DE NOVEMBRO
DE 2023

ECO DA FLORESTA
DOMINGOS MARTINS,
ESPÍRITO SANTO

PROGRAMAÇÃO

07 de novembro de 2023

13h . Chegada das delegações municipais

14h . Credenciamento

15h . Coffee break

15h30 . Exposição de produtos artesanais

17h . Leitura e aprovação do Regimento Interno

18h30. Solenidade de abertura

19h . Palestra de abertura "Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade", com Elcio de Souza Magalhães, coordenador de Articulação Federativa do Sisan (MDS).

20h . Encerramento e jantar

08 de novembro de 2023

08h30 . **Conjuntura:** Desafio da reconstrução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e no Espírito Santo.

9h30 . Painel 1

Produção, abastecimento e acesso aos alimentos no ES.

10h15 . Painel 2

A situação do Sisan no ES: diagnóstico dos seus componentes e capacidade de articulação e perspectivas.

10h45 . Painel 3

Democracia, participação e controle social: o desafio da constituição dos conselhos municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e do fortalecimento do Consea estadual.

11h45 . Orientações para os grupos de trabalho.

12h . Almoço

13h30 . Grupo de trabalho (eixos temáticos)

17h . Encerramento e jantar

09 de novembro de 2023

08h30 . Plenária de socialização e debate das propostas finais da conferência.

12h30 . Almoço

13h30 . Eleição dos delegados para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

14h . Plenária Final

Aprovação da Carta Política, moções, homologação de delegados e considerações finais.

16h30 . Encerramento e coffee break.

7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo

Hotel Eco da Floresta

Rodovia BR 262, KM 94,5, Pedra Azul,

Domingos Martins - ES



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



ANEXOS:

Regimento Interno aprovado em plenária, dia 07/11/2023

Capítulo I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo.

I – Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos entes federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade e no campo;

III – Estimular a participação da sociedade para fortalecer o pacto social pela Democracia como pilar do Direito Humano à Alimentação Adequada construídos com a força das lutas e o protagonismo dos sujeitos de direito e dos seus territórios;

IV – Propiciar e estimular a organização de Conferências como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano e rural no estado e municípios.

Art. 2º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, convocada pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em conjunto com o Executivo Estadual, terá por objetivo geral fortalecer os compromissos políticos com a democracia, com a erradicação da fome com comida de verdade e com o Direito Humano à Alimentação Adequada, por meio de sistemas alimentares justos, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, antimachista, antilgbtfóbica, antihigiênista, aporofobia e sustentáveis, promotores de saúde e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Capítulo II DA REALIZAÇÃO

Art. 3º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que será integrada por representantes da comunidade local eleitos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência estadual e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar da Política Estadual e sua implementação.

Parágrafo Único. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional tratará de temas de âmbito estadual e nacional, considerando os avanços, dificuldades e desafios.

Art. 4º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, será realizada, sob a responsabilidade do Consea Estadual e da SETADES.

Capítulo III DO LEMA E EIXOS TEMÁTICOS

Art. 5º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, adotará como lema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade” e os seguintes eixos:

Eixo 1 - Determinantes estruturais e macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

Eixo 2 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas Garantidoras do Direito Humano à Alimentação Adequada;

Eixo 3 – Democracia e participação social.

Art. 6º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, será composta de mesas de debates/painéis e grupos de trabalho e plenária.

Art. 7º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, através da comissão organizadora, produzirá um relatório final, a ser encaminhado ao conselho estadual de segurança alimentar e nutricional (Consea/ES), ao poder executivo estadual, a assembleia legislativa e ministério público, que promoverá a publicação e divulgação.

Parágrafo Único. A comissão organizadora encaminhará o relatório final para a etapa nacional, através de formulário, de acordo com o modelo divulgado pelo Consea nacional.

Capítulo IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 8º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será presidida pela Comissão Organizadora, que conta com membros do CONSEA.

Art. 9º. A 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, deverá ser realizada a partir das seguintes etapas:

a) Credenciamento, que se inicia no dia 07/11, às 14 horas e encerra na leitura do regimento interno

b) Leitura e aprovação de Regimento Interno;

c) Palestra/Painéis sobre o tema e os eixos;

d) Grupos de Trabalhos por eixos;

e) Plenária final/Deliberações a partir das prioridades definidas pelos grupos de trabalho, sendo três para a etapa estadual e três para a etapa nacional.

Capítulo V DOS PARTICIPANTES

Art. 10. Todas as pessoas interessadas em participar da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional deverão se credenciar junto à Secretaria do evento para serem delegadas e terem direito a voz e voto e convidados, com direito a voz.

Art. 11. Poderão se candidatar para Delegados, a fim de participar da etapa nacional, as pessoas que participarem ativamente das atividades da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, respeitando a paridade de 1/3 de poder público e 2/3 da sociedade civil.

§ 1º As vagas da sociedade civil devem ser preenchidas por associações civis e movimentos sociais, com atuação no campo do desenvolvimento da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 2º As vagas definidas para a sociedade civil devem considerar vagas obrigatórias para os povos e comunidades tradicionais (PCT!s) “Povos e Comunidades Tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição”. (Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

§ 3º No Estado do Espírito Santo manifestam as mais diferentes dinâmicas de organização da sociedade civil organizadas, através de organizações e coletivos, como: comunidades quilombolas, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais, pomeranos e pomeranas, agricultores e agricultoras familiares, acampados e assentados da reforma agrária, população em situação de rua, atingidos por barragens, jovens, mulheres, comunidades de terreiro, ciganas e PCDs que devem estar representados na Conferência.

Art. 12. As intervenções dos (as) participantes na 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional será de até 03 minutos e poderão ser feitos oralmente ou apresentadas por escrito à mesa.

Capítulo VI DOS GRUPOS DE TRABALHO POR EIXO

Art. 13. Os grupos de trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos Eixos da Conferência. Eles serão divididos conforme o número de participantes, tentando manter a equidade por eixo. Cada grupo contará com um coordenador e um relator.

§1º O coordenador terá a função de: I – Apresentar a temática do eixo resgatando o que foi apresentado na palestra magna; II – Conduzir as discussões; III – Controlar o tempo; IV – Estimular a participação dos membros do Grupo de Trabalho; V – Garantir que o regimento interno aprovado em plenária seja respeitado por todos os participantes; VI – Organizar o processo de discussão, garantindo a fala de todos os participantes com equidade; VII – Apoiar o processo de discussão do grupo de trabalho; VIII – Fazer as inscrições e controlar o tempo das falas.

§ 2º O Relator terá a função de: I – Auxiliar nas etapas de sistematização das propostas e discussões do grupo; II – Computar os votos; III – Digitar as propostas; IV – Realizar a relatoria na plenária final.

Art. 14. Deve-se assegurar que todos os eixos sejam discutidos por, pelo menos, um grupo de trabalho.

Art.15. Cada grupo de trabalho deve construir até três propostas prioritárias para o Estado, por eixo e três para a União, por cada eixo. Na plenária final da Conferência deve resultar um conjunto de no máximo 18 deliberações para o Estado e 18 para a União, considerando os 3 eixos.

Art. 16. Os relatórios dos grupos de trabalho serão encaminhados ao Relator Geral para elaboração do Relatório Final a ser apreciado e votado na plenária final.

Capítulo VII DA PLENÁRIA FINAL

Art. 17. A Plenária Final é o momento para socialização e debate sobre as propostas finais e para a eleição dos delegados para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo Único. Não havendo preenchimento de vagas para o segmento, deverá ocorrer a transferência da vaga para o segmento com menor representatividade quantitativa.

Art. 18. As Deliberações na Plenária Final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos Grupos de Trabalho considerando os Eixos da Conferência.

Art. 19. As propostas de deliberação construídas pelos Grupos de Trabalho serão apreciadas e votadas pelos Delegados.

Capítulo VIII DAS MOÇÕES E DA CARTA POLÍTICA

Art.20. As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da 7ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, devidamente aprovadas pelos delegados(as) dos eixos, nos grupos de trabalho.

Parágrafo Único. As moções poderão ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 21. As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) Delegados (as).

Art. 22. A Carta Política é um documento sucinto de caráter político que apresenta a problematização dos Eixos Temáticos na perspectiva do estado e que contém as conclusões e propostas da respectiva Conferência Estadual. É endereçada ao Governo Estadual e tem como objetivo viabilizar compromissos desse ente federativo com a agenda de questões relativas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Capítulo IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo Único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para votação da Plenária.

Art. 25. O presente Regimento Interno entrará em vigor após leitura e aprovação pela plenária

MOÇÕES: Registramos que apenas o grupo 3, apresentou moções na plenária final, tendo sido apresentadas, as seguintes:

1 - TIPO DE MOÇÃO: Repúdio

CONTEÚDO: Nós da 7ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo – ES, repudiamos o município de Cariacica e a cozinha que serve alimentação do centro pop de Cariacica por servir comida azeda em uma sexta-feira, no dia 14, no último dia que acontecia a conferência municipal de assistência social, o jantar veio azedo e também denúncias de todinhos do kit lanche vencido.

2 - TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos que a CAISAN e o CONSEA integrem a Casa Civil.

3 - TIPO DE MOÇÃO: Aplausos

CONTEÚDO: Aplaudimos a publicação da Lei do Programa CDA, pelas mudanças ocorridas e implantação do SISCDA. Destacando que foram propostas das conferências de 2019 cumpridas pela SETADES.

4 - TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos que a SETADES implemente o incluir SAN que garanta equipe mínima de SAN nos municípios.

5 - TIPO DE MOÇÃO: Aplausos

CONTEÚDO: Aplaudimos a Deputada Camila Valadão pela realização da caravana de direitos humanos.

6 - TIPO DE MOÇÃO: Aplausos

CONTEÚDO: Aplaudimos a SEDH pela implementação dos 14 centros de referências de juventude no Estado do Espírito Santo.

7 - TIPO DE MOÇÃO: Repúdio

CONTEÚDO: Repudiamos o ato de assinatura do programa Brasil Sem Fome, onde o governo não respeitou o CONSEA, sabendo que teria conferência de SAN para acontecer, e o mesmo assinar o Pacto na conferência de assistência social e aonde o consea não foi convidado.

8 - TIPO DE MOÇÃO: Repúdio

CONTEÚDO: Repudiamos o fato da Prefeitura Municipal de Vitória não ter reaberto a inscrição para novas inclusões no Programa de Moradia Alternativa – PMA.

9 - TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos que a Prefeitura Municipal de Vitória ao reabrir o restaurante popular garanta a população em situação de rua direito a gratuidade de alimentação e passe livre municipal.

10 - TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos que o governo do estado garanta passe livre intermunicipal e interestadual para a população em situação de rua do estado.

11 - TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos assegurar a participação das mães (eleitas delegadas) que tem filhos com deficiência e priorizar as especificidades para garantir a participação dessa mulher a todas as etapas da conferência, incluir cuidadores para as crianças.

12 - TIPO DE MOÇÃO: Aplausos

CONTEÚDO: Aplaudimos a secretária da assistência social do município de Serra Cláudia Maria Silva e sua subsecretária Clarice Campos pela intermediação garantido a minha participação com a minha filha, autista dando todo suporte necessário para que pudesse estar aqui.

13- TIPO DE MOÇÃO: Recomendação

CONTEÚDO: Recomendamos a criação e manutenção de um fundo de fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar com recursos definidos em lei pela arrecadação de taxas e impostos na comercialização de produtos agropecuários.



Lema da Conferência de 2023



Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade.

O processo conferencial nos proporciona, a avaliação e implementação de políticas e programas para segurança alimentar e nutricional.

O resultado dos trabalhos desenvolvidos servirão para elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

3

Contextualização



- O retrato da fome e a insegurança alimentar no país aumentaram consideravelmente nos últimos anos, mesmo com o Brasil saindo do Mapa da Fome em 2014.
- Aumento relacionados a múltiplos fatores:
 - Quadro preocupante de deterioração socioeconômica e profundas desigualdades na sociedade brasileira, anterior à pandemia e agravado por ela, resultando em um número expressivo de 125,2 milhões de brasileiros em Insegurança Alimentar (IA) e mais de 33 milhões em situação de fome (Insegurança Alimentar grave).

4

Precisamos reforçar !!

Desde 2010, com a Emenda Constitucional nº 64, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi incluído no rol dos Direitos Sociais da Constituição Federal de 1988.

Isso quer dizer, que o DHAA enquadra-se no patamar dos Direitos Fundamentais, ou seja, uma vez o direito adquirido, o mesmo não pode sofrer qualquer revogação.

Sendo papel das instâncias legislativas e judiciárias cobrar o cumprimento da não promoção e manutenção desse direito em qualquer caso de violação.

Hoje, no Brasil, em números absolutos, o DHAA é o mais violado !!!

5

Contextualização



6

Contextualização

Pontos de Inflexão que afetaram a promoção da Segurança Alimentar no país:

- Teto de Gastos em 2016, congelando os investimentos nas áreas da educação, saúde e assistência social por 20 anos;
- Reforma Trabalhista impactando e transferindo inúmeros brasileiros a informalidade e ao trabalho intermitente, fragilizando o acesso à renda;
- Congelamento dos investimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar desde 2017;
- Desinvestimento na Agricultura Familiar (0,6% do total de recursos do Ministério da Agricultura e Pecuária);
- Desmobilização do Programa de Aquisição de Alimentos;
- Descontinuidade do Programa de Cisternas;
- Destituição do CONSEA.

7

Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos

O Espírito Santo conforme dados da II Vigisan, é o Estado da federação com o menor indicador de Insegurança Alimentar do país.

No ES a taxa Segurança Alimentar é superior a 60% da população.
Taxa do Brasil é de apenas 40% da população em Segurança Alimentar.

Alcançar esta taxa do Estado é resultado de uma política intersetorial e multidisciplinar, com o olhar ampliado ao combate da fome e da extrema pobreza.

O ES é o único estado a possuir um programa de aquisição direta de alimentos financiada por recursos próprios, o CDA.

8

Ações intersetoriais do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Programa Compra Direta de Alimentos está presente em 89% dos municípios do Espírito Santo, e considerando os editais de 2020 e 2021:

- Foram contemplados aproximadamente 23.829 famílias;
- Concedidas mais de 2.200 toneladas de uma variedade de alimentos;
- Com o alcance em mais de 200 unidades receptoras e
- Adquiriu alimentos de 1.200 agricultores (as).

Com um investimento de aproximadamente 10 milhões de reais. Para as adesões de 2023 o orçamento é de 8 milhões de reais, um aumento de 45% do valor referente ao edital de 2021, e ainda com expectativa de alcance a municípios que até então não integravam o Programa.

9

Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - ASSISTÊNCIA SOCIAL.

- Transferência de renda através do Bolsa Capixaba;
- Benefícios Eventuais;
- Executar e coordenar o PAA;
- Projeto Cozinha Comunitária - Mimoso do Sul;
- Cursos de capacitação aos técnicos municipais;
- Ampliação do número de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios;
- Fomentar a adesão do SISAN pelos municípios.

10

Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - AGRICULTURA.

- Incentivar a diversidade produtiva através do apoio à cadeia produtiva de fruticultura;
- Facilitar o escoamento de gêneros alimentícios;
- Fomentar pesquisas na agricultura através da publicação do Edital Pesquisa Agro Capixaba.
- Incentivar a produção agroecológica;
- Promover o empreendedorismo feminino e geração de trabalho e renda para as mulheres rurais e da pesca, através do Programa Elas no Campo;
- Realizar atividades com a juventude rural;
- Democratizar acesso aos recursos financeiros para associações, cooperativas e organizações de apoio à agricultura familiar por meio do FUNSAF.

11

Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - INCAPER.

- Implantar estratégias de formação continuada em práticas agroecológicas e produção orgânica;
- Produzir materiais técnico-científicos voltados à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis;
- Prestar assistência técnica sistemática em empreendedorismo, segurança alimentar e agroecologia, visando contribuir para o empoderamento das mulheres rurais;
- Promover assistência técnica a agricultura familiar.

12

Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - EDUCAÇÃO.

- Ofertar alimentação escolar (PNAE);
- Ofertar alimentação escolar em tempos emergenciais;
- Operacionalizar o projeto de desjejum em ambiente escolar;
- Ofertar cardápios específicos para alunos com necessidades alimentares específicas;
- Monitorar as cantinas das escolas;
- Incentivar a manutenção e a implantação de Hortas Escolares.

13



Ações do Estado com ênfase nos resultados para população e investimentos - SAÚDE.

- Avaliar o estado nutricional da população em todos os ciclos de vida através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional;
- Prevenir e enfrentar o sobrepeso e a obesidade de crianças até 10 anos;
- Realizar oficinas de estratégia Amamenta e Alimenta Brasil;
- Suplementar crianças de 0 a 24 meses com megadoses de vitamina A;
- Acompanhar crianças de 0 a 7 anos para verificação do estado nutricional e diagnosticar os desvios nutricionais encontrados.

14

Avançar ainda mais!



01

Políticas Estruturais

voltadas a combater as causas da fome

- Reforma Agrária e Regulamentação e Controle efetivo do uso de agrotóxicos.
- Fortalecimento da agricultura familiar;
- Programas de desenvolvimento territorial;
- Desoneração tributária dos alimentos básicos;
- Acesso à água;
- Meio Ambiente equilibrado - mitigação das mudanças climáticas.

02

Políticas Específicas

que garantem o acesso direto à alimentação

- Transferência de Renda;
- Benefício Eventual;
- Aquisição Direta de Alimentos;
- Agricultura Urbana;
- Banco de Alimentos e Sementes;
- Cisternas.

03

Políticas Locais

pretendem garantir o abastecimento alimentar em nível municipal

- Hortas e Cozinhas Comunitárias;
- Restaurantes Populares;
- Estruturação de unidades de distribuição e recebimento de alimentos;
- Estruturação de equipes;
- Ações de educação alimentar e nutricional.

Desafio e necessidade de reafirmação do Pacto Federativo



- Afirmar a gestão intersetorial e participativa;
- Articulação entre os entes federados para a implementação das políticas públicas promotoras da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Na perspectiva de complementaridade de cada setor.

16

Desafio de enfrentar as desigualdades

- Definir estratégias de superação das desigualdades estruturais:
 - Dos racismos e todas as formas de discriminação que permeiam os sistemas alimentares desde a perspectiva das mulheres, povos indígenas, população negra, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, e demais grupos historicamente excluídos.
- Os dados são ainda mais impactantes quando destaca-se o recorte de raça e gênero, sendo uma em cada cinco famílias chefiadas por pessoas autodeclaradas pardas ou pretas no Brasil sofre com a fome (17% e 20,6% respectivamente) – o dobro em comparação aos lares chefiados por pessoas brancas (10,6%). A situação é ainda mais grave quando se leva em conta o gênero: 22% dos lares chefiados por mulheres autodeclaradas pardas ou pretas sofrem com a fome, quase o dobro em relação a famílias comandadas por mulheres brancas (13,5%).

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho
Assistência e Desenvolvimento Social do
Espírito Santo

@cyntia.grillo



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria de Trabalho,
Assistência e Desenvolvimento Social*

18

CONFERÊNCIA MAGNA:



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À FOME (SECF)

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

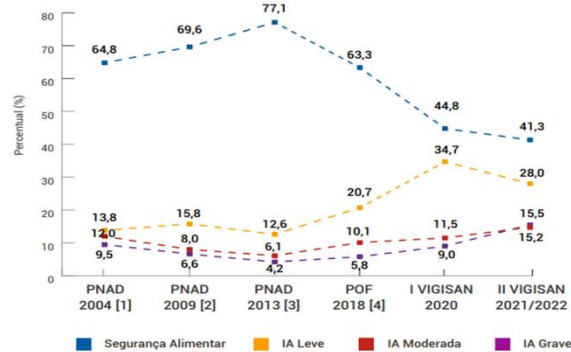
Desafios do SISAN

Outubro de 2023

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME
UNião e RECONSTRUÇÃO



Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



CENÁRIO NACIONAL

- ✓ Percentualmente, a situação dos habitantes em área rural é mais grave, mas o contingente de pessoas com fome em área urbana é de cerca de 27 milhões;
- ✓ A fome tem cor: 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos;
- ✓ A fome tem gênero: 64,1% dos lares comandados por mulheres convivem com restrição de alimentos;
- ✓ Entre 2020 e 2021 ocorreu aumento expressivo da IA dos domicílios com crianças de idade até 10 anos, de 9,4% para 18,1%;
- ✓ A fome foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%);
- ✓ 42% das famílias em situação de Insegurança Hídrica estão também sujeitas à fome.

II Inquérito VigiSAN, 2022



CENÁRIO NACIONAL

- ✓ Percentualmente, a situação dos habitantes em área rural é mais grave, mas o **contingente de pessoas com fome em área urbana** é de cerca de **27 milhões**;
- ✓ **A fome tem cor**: 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos;
- ✓ **A fome tem gênero**: 64,1% dos lares comandados por mulheres convivem com restrição de alimentos;
- ✓ Entre 2020 e 2021 ocorreu aumento expressivo da IA dos domicílios com crianças de idade até 10 anos, de 9,4% para 18,1%;
- ✓ A fome foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%);
- ✓ 42% das famílias em situação de Insegurança Hídrica estão também sujeitas à fome.

II Inquérito VigiSAN, 2022



<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-sem-fome/brasil-sem-fome>



O que é o Plano Brasil Sem Fome?

O PLANO BRASIL SEM FOME é a resposta do Governo Federal à volta do Brasil ao Mapa da Fome da FAO-ONU

São 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas pelos 24 Ministérios que compõem a CAISAN, organizadas em 3 eixos:

1. Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
2. Alimentação saudável da produção ao consumo;
3. Mobilização para o combate à fome.



Novos paradigmas

- **Reduzir as desigualdades:** a insegurança alimentar grave está fortemente associada à extrema pobreza e incide de modo mais agudo em grupos populacionais específicos;
- **Aumentar a oferta de alimentos saudáveis:** em um contexto de sinergia entre a pandemia da obesidade e da desnutrição, expressão das múltiplas formas de má nutrição e da insegurança alimentar e nutricional, a qualidade da alimentação se torna tão importante quanto o acesso à quantidade adequada.
- **Frear as mudanças climáticas:** as mudanças no clima já afetam seriamente a produção de alimentos, com impactos futuros sobre sua oferta e qualidade.

Metas

- Tirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030;
- Reduzir, ano a ano, as taxas totais de pobreza;
- Reduzir o percentual de domicílios em insegurança alimentar e nutricional grave.

Estratégias principais

- Aprimorar a identificação dos públicos e territórios afetados pela fome;
- Aumento da renda disponível para comprar alimentos;
- Inclusão em políticas de proteção social;
- Ampliação da produção e do acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis;
- Informação e mobilização da sociedade, de outros poderes e de outros entes federativos para erradicação da fome.

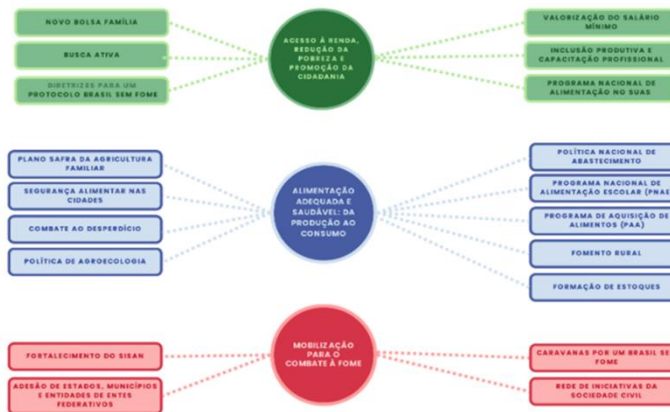


Programas estratégicos já foram retomados e estão em execução. Novas soluções previstas serão implementadas ao longo do Plano.



Eixos

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS



Eixo 1 – Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania



Destaques:

Programa Bolsa Família, Valorização do Salário Mínimo

- **Bolsa Família:**
 - Até 21 milhões de famílias recebendo mensalmente o benefício de R\$ 600,00, a partir de 2023;
 - Até 8 milhões de crianças recebendo mensalmente o benefício da primeira infância (R\$ 150,00), a partir de 2023;
 - Até 5 milhões de famílias recebendo mensalmente o Auxílio Gás, a partir de 2023.
- **Inclusão profissional e formação cidadã de beneficiários do Bolsa Família (PBF):**
Capacitação profissional e formação cidadã do público do PBF, visando a inclusão de até 3 mil beneficiários, por ano, em postos de trabalho, e o encaminhamento de até 7 mil beneficiários para cursos de qualificação;
- **Portaria integração SUS-SUAS-SISAN:**
Unidades dos SUS, do SUAS e do SISAN preparadas para **identificar** pessoas em situação de **insegurança alimentar grave** e encaminhá-las a serviços e programas adequados.

Eixo 2 – Alimentação saudável da produção ao consumo

Destaques

- **Plano Safra: crédito produtivo do Pronaf e Garantia-Safra**
Cerca de 600 mil contratos/ano para agricultores de baixa renda; proteção contra os riscos da perda de safra por motivos climáticos;
- **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**
Recriado pela Lei nº 14.628/2023, traz inovações como a simplificação da participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, negros, mulheres e juventude rural e paridade na participação de mulheres, são alguns aprimoramentos
- **Bolsa Verde**
Complementação de renda a famílias de extrativistas, ribeirinhos para preservação das florestas e das águas;
- **Transição produtiva sustentável**
Assistências técnica e extensão rural (ATER) agroecológica



Eixo 3 – Mobilização para o combate à fome

Destaques

- Mobilização para adesão e fortalecimento do SISAN;
- Mapeamento e apoio, premiações e destinação de fundos por meio dos Editais do Brasil Sem Fome, que aportarão recursos para iniciativas cidadãs organizadas no enfrentamento da fome;
- Realização de Caravanas do Brasil Sem Fome, um grande chamado aos estados, municípios e a toda a sociedade com a pactuação de estratégias conjuntas, através do SISAN.
- Parcerias com outros poderes, entidades e sociedade civil.



Inovações do Plano Brasil Sem Fome

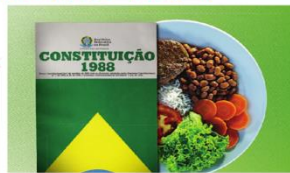
- Portaria Integração SUS-SUAS-SISAN;
- Cozinhas Solidárias com PAA
- Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
- Programa de Alimentação do SUAS (PNA-SUAS);
- Estratégia SAN nas Cidades;
- Monitoramento anual da fome (EBIA/PNAD);
- Mapa da INSAN por município (CadÚnico);
- Mapa dos Equipamentos de SAN (Munic e Estadac/IBGE) – MAPASAN.



O SISAN



LOSAN/2006
LEI nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006



EC nº 64 /2010



DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.

Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo âmbito de atuação é o campo nacional de segurança alimentar e nutricional (NSCAN), entidade da segurança pública e integrante do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.

Decreto 7.272/2010
Decreto nº 7272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010



I PLANSAN



II PLANSAN



SISTEMAS PÚBLICOS DE GARANTIA DE DIREITOS





Governança do SISAN



- Participação e controle social
- Intersetorialidade
- Descentralização



Decreto 7.272/2010
Art. 11. Integram o SISAN



Reconstrução Fortalecimento Consolidação



- Reinstalação CONSEA (**DECRETO Nº 11.421, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023**)
 - Realização de 5 plenárias (até setembro)
 - Organização da 6ª Conferência Nacional de SAN
 - Realização de Conferências municipais
 - Conferências Estaduais em todas as UF's
 - Recomposição CAISAN (**DECRETO Nº 11.422, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023**)
 - Realização de 02 reuniões do Pleno Ministerial e 05 reuniões do Pleno Executivo (até setembro)
 - 08 Grupos de Trabalho instituídos, 05 em funcionamento: GT Internacional; GT SAN; GT Calamidades e emergências; GT Prevenção, mitigação e gestão de conflitos de interesse; GT Compras públicas
 - Publicação Mapa INSAN (<https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-insan>)
 - Publicação Mapa SAN (<https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/mapa-san>)
 - Adesão voluntária de 36 novos municípios ao SISAN (até setembro);
 - Plataforma AdeSAN;
 - Revisão e publicação do Caderno nº1 do SISAN
 - Grupos estratégicos de Whatsapp. Link para entrar no grupo dos municípios: <https://chat.whatsapp.com/Lo0tHaYoOhZBkcItLwVfE>
 - Aprovação da **LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023**
- Art. 2º § 1º "O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional"



Reconstrução Fortalecimento Consolidação



- Suplemento de SAN (EBIA) na PNAD Contínua do IBGE
- CensoSAN: questionário de ações e equipamentos de SAN nos municípios na MUNIC/IBGE
- Metodologia para identificação de municípios em estado de vulnerabilidade a partir de informações do CadÚnico e de indicadores de SAN;
- Ciclo de Diálogos Federativos do SISAN
- Curso autoformação sobre o SISAN em parceria com a SAGI
- Publicação da Portaria nº 25/2023 - articulação SUS, SUAS, SISAN
- Plano Brasil Sem Fome (**DECRETO Nº 11.679, DE 31 DE AGOSTO DE 2023**)
- Eixo 3 do Plano Brasil Sem Fome
- Adesão ao Plano Brasil Sem Fome pelos entes federados e entidades de entes federados
- Desde o lançamento do PBSF, mais de 10 Termos de Adesão foram assinados
- Publicação do 3º PLANANSAN 2024 – 2027, após a 6ª Conferência Nacional





Reconstrução Fortalecimento Consolidação



- Pautas estratégicas para a consolidação do SISAN: relatórios e documentos da transição de governo; demandas da CPSSAN; prioridades encaminhadas nas plenárias do CONSEA pela CP1 e CPCE
- Política de financiamento com transferência regular e automática do SISAN
- Regulamentação do Art. 12 do Decreto 7272/2010 - participação das entidades privadas sem fins lucrativos ao SISAN;
- Instalação de instância de pactuação tripartite do SISAN
- SISAN "vivo" nos territórios (gestão do Sistema e Programas de SAN);
- Capacita SISAN, parceria com o Instituto Fome Zero
- Desenvolvimento de metodologias para gestão intersetorial
- **Propostas e deliberações da 6ª Conferência Nacional de SAN...!**



**O tempo é agora!
Nos encontramos na 6ª Conferência
Nacional!**

**Secretaria Extraordinária de Combate à
Pobreza e à Fome**

caisan@mds.gov.br

combateafome@mds.gov.br

ANEXO: PALESTRA DO LUCIANO FASOLO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Agricultura,
Abastecimento, Aquicultura e Pesca



Produção, Abastecimento e Acesso aos Alimentos

Luciano Macal Fasolo
Coordenador de Agroecologia - SEAG



POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - LEI 11.346/2006


- **Art. 2º** A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Constituição Federal Emenda Constitucional 64/2010

- **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.


Compartilhar

AGRONEGÓCIO - Publicada em 15 de Outubro de 2020 às 21:32
Brasil produz comida para alimentar até 1,6 bilhão de pessoas




Agricultura brasileira mostra sua força a partir do empreendedorismo, da ciência e da inovação
MASSEY FERGUSSON DIVULGAÇÃO/C


LEIA TAMBÉM



Brasil amplia liderança nas exportações globais do agronegócio



Exportações do agronegócio batem recorde em agosto, com receita de US\$ 15,63 bilhões





Contexto Capixaba

- 7ª maior consumo de agrotóxicos por área plantada do País;
- 3ª maior consumo de fertilizantes por área plantada do País;
- Segunda maior área irrigada (em termos %) do País;
- Predominância absoluta de propriedades familiares;
- 393 mil ha com solos degradados (16,7% da área agrícola)
- Degradação ambiental em níveis críticos com riscos para a saúde humana e para continuidade dos serviços ecossistêmicos;



Principais Vítimas



Existe saída?



Agroecologia

Agroecologia é o campo da ciência que se dedica ao estudo, desenho, implantação e manejo de agroecossistemas **sustentáveis** de produção.



Agroecologia no Brasil

- Expectativa de movimentar R\$7 Bilhões em 2023;
- Consumo cresce 25% ao ano (apenas 15% da população);
- Área Cultivada de 1,2 milhões de ha;
- **64.690 estabelecimentos** adotam práticas de Agricultura Orgânica;
- 26,69 mil agricultores cadastrados no SISORG.



A Agroecologia no Espírito Santo

- **1522 estabelecimentos** adotam práticas de Agricultura Orgânica (1,4% do total);
- **400** Propriedades Cadastradas no SisOrg em 35 municípios;
- **21** OCS;
- **31 Feiras Agroecológicas**, sendo 19 em Shoppings e Estabelecimentos Comerciais;



Desafios

- Apoiar e fomentar modelos de produção que respeitem as características da agricultura familiar;
 - Fortalecer espaços e iniciativas de comercialização na perspectiva das “Cadeias Curtas”, sobretudo nos municípios do Interior;
 - Fortalecer as políticas públicas e iniciativas de apoio aos produtores agroecológicos e para a transição agroecológica;
 - Oportunizar o acesso de todos os extratos da população aos produtos agroecológicos;
 - Conscientizar a sociedade do caráter “político” do consumo.
-

PROJETOS DA SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR - SEAG

